

**APLICAÇÃO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA
EM UMA ESCOLA DE ENSINO BÁSICO**

**APPLICATION OF PEDAGOGICAL WORKSHOPS ON FINANCIAL EDUCATION
A BASIC EDUCATION SCHOOL**

**APLICACIÓN DE TALLERES PEDAGÓGICOS SOBRE EDUCACIÓN
FINANCEIRA EM UMA ESCUELA DE EDUCACIÓN BÁSICA**

Joselyto Barros de Aguiar

Mestrando em Matemática, PROFMAT – IFPI, Brasil

E-mail: jotaaguiar44@gmail.com

Lays Santana Lima

Mestra em Matemática, Centro de Ensino Dr. Paulo Ramos, Brasil

E-mail: layssantana17@gmail.com

Vanessa Araujo Sales

Mestranda em Matemática, PROFMAT – IFPI, Brasil

E-mail: vanessaaraujo687@gmail.com

Valdemir Silva Oliveira Junior

Mestrando em Matemática, PROFMAT – IFPI, Brasil

E-mail: valdemirjuniorpro@gmail.com

Marlus Conceição Rodrigues

Mestrando em Matemática, PROFMAT – IFPI, Brasil

E-mail: professormarlusrodrigues@gmail.com

Roberto Arruda Lima Soares

Doutor e Professor do Instituto Federal do Piauí – IFPI, Teresina, Brasil

E-mail: robertoarruda@ifpi.edu.br

Ronaldo Campelo da Costa

Doutor e Professor do Instituto Federal do Piauí, Picos, Brasil

E-mail: ronaldocampelo@ifpi.edu.br

Resumo

A pesquisa analisou a importância da educação financeira no ensino básico, com o objetivo de compreender como sua inclusão no currículo escolar pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes, críticos e responsáveis quanto à gestão de recursos financeiros. Considerou-se como ponto de partida a constatação de que a sociedade contemporânea é marcada por um consumo exagerado e pela facilidade de acesso ao crédito, o que demanda competências financeiras desde a infância. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, e se estruturou a partir da pesquisa-ação, revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários diagnósticos e observações em sala de aula. Com base nos dados coletados foram desenvolvidas oficinas pedagógicas e sequências didáticas voltadas à educação financeira, cuja a importância foi avaliada por meio de análise de conteúdo. Com isso, foi identificado o nível de conhecimento financeiro dos estudantes, desenvolveu-se competência básicas de planejamento e consumo consciente, e elaborou-se práticas pedagógicas que auxiliaram os professores na abordagem do tema de forma contextualizada. O estudo também visou à produção de materiais de apoio, organizados em sequências didáticas e um artigo científico que ampliou a disseminação dos conhecimentos gerados. Ao fortalecer a educação financeira nas escolas, a pesquisa buscou colaborar com a formação de uma geração mais preparada para enfrentar os desafios econômicos, promovendo a cidadania e a redução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Educação Financeira; Ensino Básico; Oficinas Pedagógicas; Desigualdades Sociais.

Abstract

This research analyzed the importance of financial education in basic education, aiming to understand how its inclusion in the school curriculum can contribute to the formation of conscious, critical, and responsible citizens regarding the management of financial resources. The starting point was the observation that contemporary society is marked by excessive consumption and easy access to credit, which demands financial skills from childhood. The research adopted a qualitative, exploratory, and descriptive approach, structured through action research, literature review, semi-structured interviews, diagnostic questionnaires, and classroom observations. Based on the collected data, pedagogical workshops and didactic sequences focused on financial education were developed, the importance of which was evaluated through content analysis. This allowed for the identification of students' level of financial knowledge, the development of basic planning and conscious consumption skills, and the creation of pedagogical practices to assist teachers in addressing the topic in a contextualized way. The study also aimed to produce supporting materials, organized into didactic sequences, and a scientific article that broadened the dissemination of the knowledge generated. By strengthening financial education in schools, the research sought to contribute to the formation of a generation better prepared to face economic challenges, promoting citizenship and reducing social inequalities.

Keywords: Financial Education; Basic Education; Educational Workshops; Social Inequalities.

Resumen

Esta investigación analizó la importancia de la educación financiera en la educación básica, con el objetivo de comprender cómo su inclusión en el currículo escolar puede contribuir a la formación de ciudadanos conscientes, críticos y responsables en la gestión de sus recursos financieros. El punto de partida fue la observación de que la sociedad contemporánea se caracteriza por un consumo excesivo y un fácil acceso al crédito, lo que exige el desarrollo de habilidades financieras desde la infancia. La investigación adoptó un enfoque cualitativo, exploratorio y descriptivo, estructurado mediante investigación-acción, revisión bibliográfica, entrevistas semiestructuradas, cuestionarios

diagnósticos y observaciones en el aula. A partir de los datos recopilados, se desarrollaron talleres pedagógicos y secuencias didácticas centradas en la educación financiera, cuya importancia se evaluó mediante análisis de contenido. Esto permitió identificar el nivel de conocimientos financieros del alumnado, desarrollar habilidades básicas de planificación y consumo consciente, y crear prácticas pedagógicas para ayudar a los docentes a abordar el tema de forma contextualizada. El estudio también tuvo como objetivo producir materiales de apoyo, organizados en secuencias didácticas, y un artículo científico que ampliara la difusión del conocimiento generado. Mediante el fortalecimiento de la educación financiera en las escuelas, la investigación buscaba contribuir a la formación de una generación mejor preparada para afrontar los desafíos económicos, promoviendo la ciudadanía y reduciendo las desigualdades sociales.

Palabras clave: Educación Financiera; Educación Básica; Talleres Pedagógicos; Desigualdades Sociales.

1. Introdução

A sociedade contemporânea é marcada pelo consumo constante, pela facilidade de acesso ao crédito e pelas rápidas transformações econômicas e tecnológicas, fatores que impactam diretamente a vida financeira dos indivíduos desde a infância (Vieira; Cavalcanti, 2020). Nesse contexto, a tomada de decisões financeiras tornou-se uma necessidade cotidiana, exigindo conhecimentos e atitudes que, muitas vezes, não são formalmente ensinados no ambiente familiar ou escolar.

Crianças e adolescentes, ainda em processo de formação, são expostos precocemente a práticas de consumo e a responsabilidades econômicas básicas sem o devido preparo para lidar com essas situações de maneira consciente e crítica (SILVA, 2018).

A educação financeira surge, nesse cenário, como um elemento fundamental para a formação de cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios econômicos do mundo contemporâneo. Mais do que ensinar práticas de economia ou cálculos financeiros, a educação financeira busca desenvolver nos estudantes uma visão clara sobre o uso responsável do dinheiro, a distinção entre necessidades e desejos, o planejamento financeiro e a capacidade de tomar decisões econômicas conscientes (D'AMORIN, 2015).

O aumento das relações econômicas na sociedade contemporânea exige que os indivíduos desenvolvam habilidades e competências que os qualifiquem a tomar decisões financeiras conscientes, responsáveis e sustentáveis, neste

sentido, integrar atividades cotidianas com o uso consciente de recursos, impulsiona o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia em relação ao uso dos recursos financeiros.

No entanto, no Brasil a inclusão da educação financeira no ambiente escolar ainda enfrenta inúmeros desafios, principalmente no que diz respeito à sua integração efetiva ao currículo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador da educação básica brasileira, destaca a importância da educação financeira como um tema transversal que deve ser incorporado às práticas pedagógicas em diferentes componentes curriculares, sobretudo na área de matemática, mas também de forma integrada às ciências humanas e às demais áreas do conhecimento (BRASIL, 2017). Contudo, a implementação prática dessa diretriz tem se mostrado desigual e pouco sistematizada nas escolas brasileiras, devido, principalmente, à ausência de formação específica dos docentes, à carência de materiais pedagógicos adequados e à falta de estratégias didáticas interdisciplinares que articulem o tema com o cotidiano dos estudantes (Santos; Silva, 2020).

Diante disso, o estudo da educação financeira no ensino básico justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre como a educação financeira vem sendo integrada ou não ao currículo escolar e de que maneira uma abordagem contextualizada pode contribuir para torná-la relevante para os estudantes do ensino básico.

Segundo Freire (1996), a educação deve estar conectada com a realidade dos educandos, promovendo a reflexão crítica e a emancipação social, compreendendo que educar para administrar finanças não é apenas apresentar um conjunto de conhecimentos técnicos, mas desenvolver uma prática social e cultural.

Além disso, estudos recentes Martins; Sousa (2021), apontam que o ensino da educação financeira desde os primeiros anos escolares pode ter impacto positivo na formação de hábitos financeiros saudáveis, na redução do consumo impulsivo e na valorização do planejamento e da poupança. Esses benefícios se tornam relevantes em contextos de vulnerabilidade social, onde a organização

financeira pode atuar como ferramenta de enfrentamento das desigualdades e promoção de justiça social.

Com isso, a proposta de integrar a educação financeira ao currículo escolar por meio de uma abordagem contextualizada dialoga com as diretrizes legais e pedagógicas e busca responder a uma demanda social essencial. Ao articular teoria e prática, este estudo pretende contribuir com subsídios para a elaboração de propostas didáticas, formação de professores e a consolidação de uma cultura educacional voltada à autonomia financeira, à responsabilidade social e à cidadania.

A pesquisa teve como objetivo geral: analisar a importância da educação financeira no ensino básico, investigando de que forma sua inclusão no currículo escolar pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e responsáveis quanto à gestão de recursos financeiros e à tomada de decisões econômicas no cotidiano. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa com alunos do Ensino Fundamental II, de uma Escola no Interior do Maranhão, envolvendo a aplicação de questionários diagnósticos e a realização de atividades pedagógicas voltadas ao tema, com o intuito de compreender e melhorar o aprendizado financeiro.

2. Revisão da Literatura

A educação financeira no Brasil apresenta um percurso histórico recente quando comparada a outras áreas do conhecimento incorporadas ao sistema educacional. Durante grande parte do século XX, os conteúdos relacionados ao uso do dinheiro, poupança, consumo e planejamento financeiro estiveram restritos ao âmbito familiar ou a iniciativas pontuais, sem integração sistemática ao currículo escolar formal (D'AMORIN, 2011).

Até a década de 1990, o tema da educação financeira era pouco discutido no contexto educacional brasileiro, apesar das constantes crises econômicas, da inflação elevada e das mudanças no sistema monetário nacional. Nesse período, o ensino de matemática financeira nas escolas concentrava-se majoritariamente em cálculos abstratos, desvinculados das práticas sociais e do cotidiano dos

estudantes, o que dificultava a formação de uma consciência crítica sobre o consumo e a gestão de recursos (Savoia; Saito; Santana, 2007).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), abriu-se espaço para a discussão de temas transversais e para a contextualização dos conteúdos escolares. Ainda que a educação financeira não fosse explicitamente mencionada na legislação, a LDB incentivou práticas pedagógicas voltadas à formação integral do estudante, criando condições para inclusão de temas relacionados à cidadania econômica e social (BRASIL, 1996). Um marco importante na consolidação da educação financeira no Brasil ocorreu a partir dos anos 2000, especialmente com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto nº 7.397/2010. A ENEF surgiu como uma política pública voltada à promoção da educação financeira e previdenciária, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da cidadania, a tomada de decisões financeiras conscientes e a sustentabilidade do sistema financeiro nacional (BRASIL, 2010). Essa iniciativa representou um avanço significativo ao reconhecer oficialmente a relevância da educação financeira como instrumento de inclusão social e desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, a educação financeira deixa de ser compreendida apenas como domínio de técnicas matemáticas e passa a ser concebida como um processo educativo mais amplo, voltado à formação de cidadãos conscientes, capazes de analisar criticamente o sistema econômico, o endividamento, o consumo excessivo e a desigualdade social (Lusardi; Mitchell, 2014). Assim, a evolução histórica da educação financeira no Brasil evidencia uma transição de práticas pontuais e desarticuladas para uma proposta estruturada, alinhada às políticas educacionais e às demandas sociais contemporâneas.

Como observa Santos (2022, p. 45), “a inclusão da educação financeira como tema transversal representa um avanço normativo que ainda não se converteu em realidade pedagógica na maioria das escolas brasileiras”. No Brasil, sua inclusão no currículo é prevista pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como tema contemporânea transversal, contudo, sua aplicação prática enfrenta

diversos desafios que limitam sua eficácia no ensino básico (Nascimento Junior, 2025).

Um dos maiores desafios apontados na literatura refere-se à formação insuficiente dos professores para ensinar educação financeira. A carência de conhecimento aprofundado sobre conceitos financeiros dificulta a mediação didática e limita a qualidade do ensino. Esse obstáculo é recorrente em estudos sobre implementação no contexto escolar brasileiro e para comprovar isso obtemos dados de uma pesquisa nacional sobre formação docente realizada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2022 (Tabela 1).

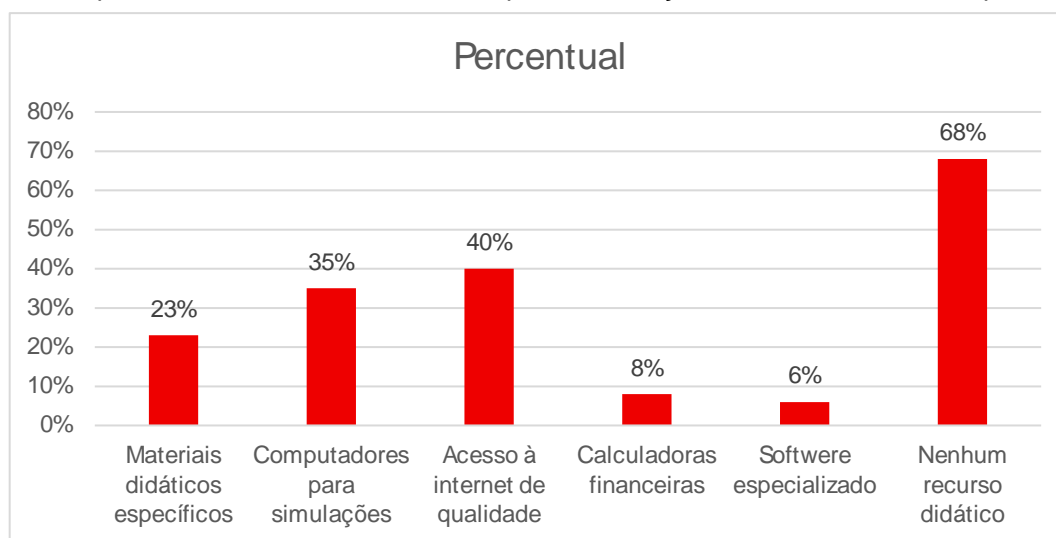
Tabela 1 – Formação dos professores para a educação financeira.

Área de Formação	% Com Formação Específica	Principal Necessidade Identificada
Matemática	28	Metodologias aplicadas ao cotidiano
História	15	Conteúdo de economia básica
Geografia	15	Conteúdo de economia básica
Língua Portuguesa	12	Análise de textos financeiros
Ciências	8	Matemática financeira básica
Pedagogia	21	Abordagem transdisciplinar

Fonte: Pesquisa nacional sobre formação docente – MEC (2022).

A limitação de materiais didáticos adequados, como livros, simuladores e ferramentas pedagógicas, é outro entrave para a efetivação da educação financeira, ou seja, sem recursos apropriados, os professores muitas vezes se veem obrigados a improvisar ou tratar o tema de forma superficial como mostra uma pesquisa feita sobre disponibilidade de recursos didáticos nas escolas públicas do Brasil (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Disponibilidade de recursos didáticos para a educação financeira nas escolas públicas.



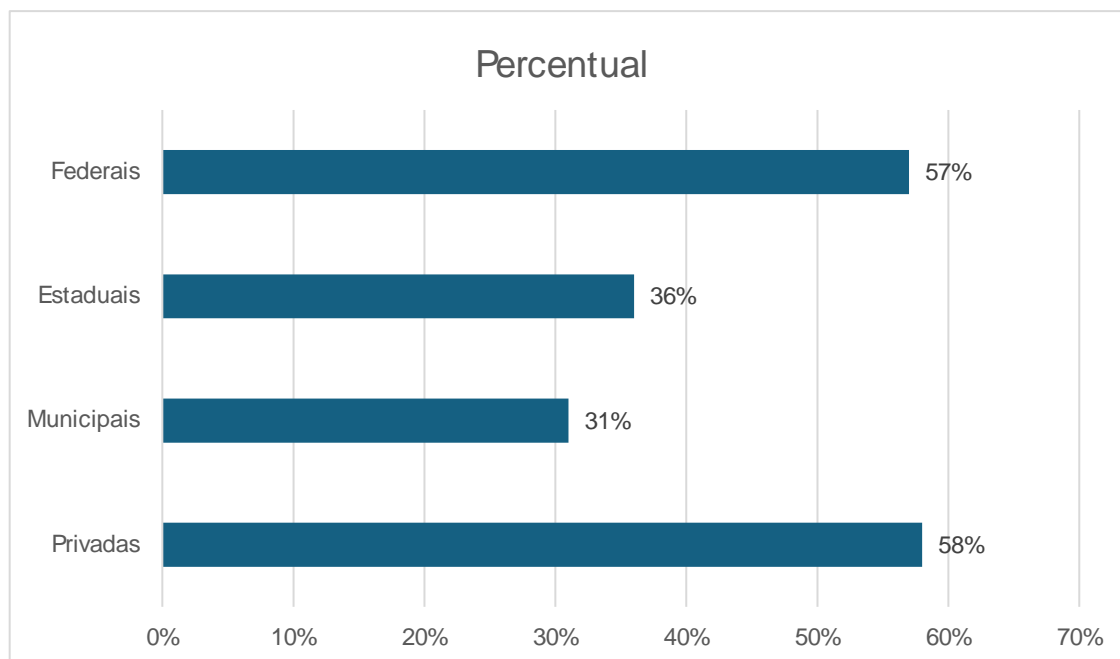
Fonte: Censo escolar 2022 – Módulo especial sobre recursos didáticos.

Embora a BNCC preveja a educação financeira de forma transversal, sua ausência estruturada dentro dos currículos escolares e a priorização de outras disciplinas acabam por relegá-la a segundo plano. Isso ocorre especialmente em escolas que ainda não internalizaram o tema como parte essencial da formação básica.

Com isso, acredita-se que algumas estratégias para superar esses entraves, podem estar atrelados a investimentos em programas de formação inicial e continuada que abordem tanto os conteúdos conceituais quanto metodologias pedagógicas para educação financeira, com o intuito de fortalecer a confiança dos docentes em ensinar esse conteúdo; a criação de materiais contextualizados, que considerem a realidade sociocultural dos estudantes, também pode favorecer a participação e a compreensão dos temas financeiros; a adoção de metodologias ativas como resolução de problemas, estudos de caso e projetos interdisciplinares, podem tornar o ensino mais interessante para os estudantes.

Outro dado importante é uma pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre o percentual de escolas que implementaram a educação financeira conforme a BNCC (2023) (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Percentual de escolas que implementaram educação financeira.



Fonte: INEP – Pesquisa nacional sobre implementação de educação financeira.

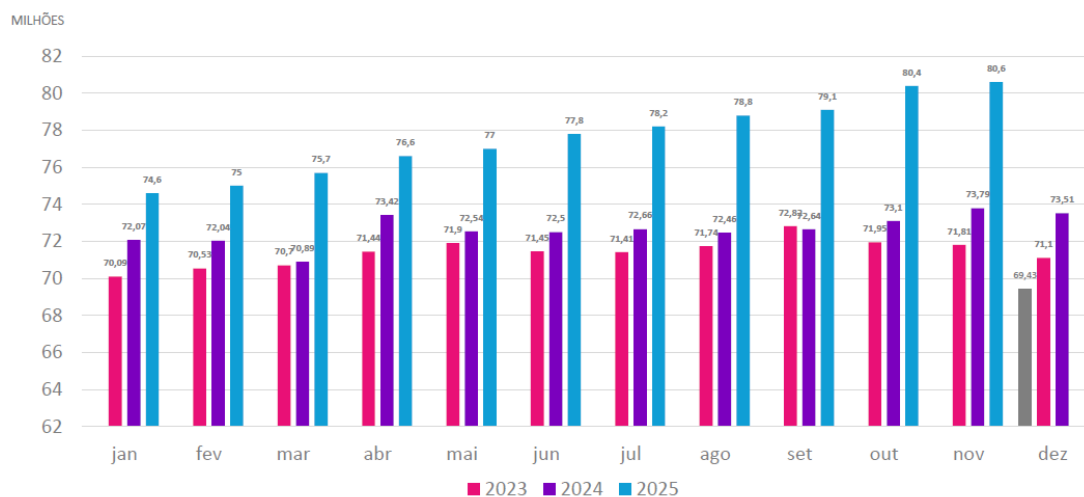
Diante do exposto, a educação financeira, se devidamente implementada, pode contribuir para a formação de cidadãos críticos e autônomos na gestão de seus recursos, reduzindo vulnerabilidades econômicas ao longo da vida.

A educação financeira tem sido amplamente reconhecida como um instrumento fundamental de prevenção ao endividamento, especialmente em um contexto social marcado pela ampliação do acesso ao crédito, pelo estímulo ao consumo imediato e pela insuficiência de conhecimentos financeiros básicos por parte da população. O endividamento excessivo, quando não planejado, compromete a renda familiar, afeta a qualidade de vida e pode gerar impactos sociais e psicológicos significativos, o que reforça a necessidade de ações educativas voltadas à formação financeira dos indivíduos desde a infância (OCDE, 2016).

No contexto brasileiro, o elevado índice de endividamento das famílias evidencia a fragilidade da população quanto ao domínio de conceitos financeiros elementares, como orçamento doméstico, juros simples, juros compostos, taxa de juros, inflação e uso consciente do crédito. O elevado índice de endividamento das

famílias brasileiras é evidenciado com a evolução do número de inadimplentes no Brasil no último ano como mostra (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução do número de inadimplentes no Brasil nos últimos 3 anos



Fonte: Serasa – novembro 2025.

De acordo com estudos realizados por instituições financeiras e acadêmicas, a ausência de educação financeira está diretamente relacionada ao uso inadequado de instrumentos como cartão de crédito e empréstimos, frequentemente associados a altas taxas de juros e ao comprometimento prolongado da renda (Silva; Teixeira, 2020). Dessa forma, a educação financeira atua de maneira preventiva ao possibilitar que o indivíduo compreenda as consequências de suas escolhas financeiras antes de assumir compromissos que possam levá-lo ao endividamento por longos períodos de sua vida.

Pesquisas indicam que indivíduos que tiveram acesso à educação financeira apresentam maior propensão à elaboração de orçamentos, ao controle de gastos e à formação de reservas financeiras, práticas essenciais para evitar o endividamento excessivo (Lusardi; Mitchell, 2014). Para comprovar essa afirmação temos uma pesquisa feita no Brasil em 2023 comparando indivíduos com educação financeira formal e sem educação financeira formal (Tabela 2).

Tabela 2 – Comparação entre indivíduos com e sem educação financeira formal.

Indicador	Com educação financeira	Sem educação financeira
Com dívidas em atraso	18 %	34 %
Usam rotativo do cartão de crédito	22 %	47 %
Nível de endividamento/renda	31 %	52 %
Com reserva de emergência	65 %	28 %
Comparam CET antes de financiar	78 %	32 %

Fonte: Pesquisa nacional de educação financeira – BCB/ANBIMA (2023).

Esses resultados reforçam a importância de políticas públicas e iniciativas educacionais que promovam a alfabetização financeira como estratégia de prevenção, e não apenas como resposta a situações de crise financeira já instaladas.

3. Metodologia

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo visando contemplar os objetivos apresentados, valendo-se da pesquisa-ação durante a realização das oficinas propostas.

A pesquisa-ação configura-se como uma abordagem metodológica de caráter participativo e interventivo, amplamente empregada no campo educacional e nas ciências sociais aplicadas, por articular a produção de conhecimento científico à transformação da realidade investigada. Diferentemente de métodos tradicionais, essa abordagem pressupõe a colaboração ativa entre pesquisadores e participantes, promovendo a construção coletiva de soluções para problemas concretos. Nesse sentido, caracteriza-se como uma metodologia que integra teoria e prática, sendo definida como um processo que “prevê a solução de problemas reais, assegurando como resultado uma nova realidade” (SILVA; MENTGES, 2023, p. 55). Tal perspectiva evidencia seu potencial transformador, uma vez que o conhecimento produzido não se limita à descrição dos fenômenos, mas se orienta à intervenção qualificada no contexto social.

Além disso, a pesquisa-ação desenvolve-se por meio de um movimento cíclico e reflexivo, envolvendo etapas interdependentes de diagnóstico, planejamento, ação, observação e avaliação, o que permite constantes ajustes e aprimoramentos ao longo do processo investigativo. Essa dinâmica favorece a produção de conhecimentos contextualizados e socialmente relevantes, ao mesmo tempo em que fortalece o

protagonismo dos sujeitos envolvidos. Conforme apontam estudos recentes, trata-se de uma metodologia participativa que “integra teoria e prática para promover mudanças contextuais” Pereira (2024, p. 3), reforçando sua aplicabilidade em contextos educacionais e formativos. Dessa forma, a pesquisa-ação consolida-se como um instrumento metodológico robusto, capaz de aliar rigor científico, engajamento coletivo e impacto social.

Quanto aos objetivos, essa pesquisa classifica-se como descritiva. De acordo com Gil (2007, p.35), “A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Segundo Creswell (2014), a pesquisa de abordagem qualitativa possibilita uma compreensão mais ampla do fenômeno investigado, ao combinar a interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos com a mensuração de resultados observáveis.

Segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 269):

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências etc.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Os estudiosos que utilizam a abordagem qualitativa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

Quanto ao ambiente de investigação, trata-se de uma pesquisa de campo, que foi realizada em uma escola de Ensino Fundamental II, em uma cidade no interior do Maranhão, com a participação direta dos estudantes. A coleta de dados foi desenvolvida por meio de questionários diagnósticos, entrevistas semiestruturadas com os estudantes, jogos sobre educação financeira e observações em sala de aula, que permitiu uma compreensão mais detalhada das práticas pedagógicas vigentes e do nível de conhecimento financeiro dos alunos.

Além disso, a pesquisa se caracterizou-se como bibliográfica, pois contempla uma revisão da literatura para embasamento teórico, e também como pesquisa-ação, já que teve a intervenção direta no ambiente escolar por meio do desenvolvimento e aplicação de oficinas pedagógicas e sequências didáticas voltadas à educação financeira.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico

inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (Fonseca, 2002, p. 32).

A análise dos dados foi realizada com base na análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016), buscando identificar padrões e categorias que revelam os efeitos da intervenção pedagógica.

Um conjunto de técnicas de análises de comunicações, visando obter através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens (Bardin, 2016, p.31).

A adoção de um delineamento metodológico híbrido — de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, apoiado em procedimentos bibliográficos e de campo e orientado pelos pressupostos da pesquisa-ação — possibilitou uma compreensão abrangente e aprofundada do fenômeno investigado. Tal configuração metodológica favoreceu não apenas a análise sistemática das evidências empíricas e teóricas, mas também a intervenção direta no contexto estudado, promovendo um processo cíclico de diagnóstico, ação, reflexão e replanejamento.

Adicionalmente, a articulação entre diferentes estratégias de coleta e análise de dados contribuiu para a triangulação das informações, ampliando a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos. A dimensão qualitativa permitiu captar percepções, significados e práticas dos sujeitos envolvidos, enquanto a abordagem quantitativa viabilizou a mensuração de padrões e tendências relevantes ao objeto de estudo. Paralelamente, a pesquisa bibliográfica forneceu o embasamento teórico necessário, e a investigação de campo assegurou a contextualização das evidências à realidade educacional analisada.

Nesse sentido, a incorporação da pesquisa-ação revelou-se particularmente relevante, uma vez que viabilizou a construção de soluções práticas, participativas e contextualizadas, alinhadas às demandas reais do ambiente escolar. Como resultado, o estudo não apenas contribuiu para o avanço do conhecimento na área de educação financeira, mas também ofereceu subsídios concretos para o aprimoramento de práticas pedagógicas, fortalecendo a formação de estudantes mais críticos, autônomos e conscientes em relação à gestão de recursos financeiros.

4. Resultados e Discussão

Neste capítulo apresenta-se os resultados que foram obtidos com aplicação das atividades desenvolvidas no decorrer de dez encontros, com cinco oficinas

sobre importância da educação financeira na formação básica, especialmente ao integrar essa temática ao currículo escolar de forma contextualizada.

4.2.1 Oficina 1 – O valor do dinheiro e o poder dos juros

A primeira oficina teve como objetivo introduzir conceitos fundamentais de matemática financeira por meio do uso de tecnologias digitais, especificamente o Microsoft Excel, ferramenta amplamente utilizada para organização, análise e visualização de dados. O uso de planilhas eletrônicas no ensino tem sido apontado como um recurso pedagógico eficaz para a construção do conhecimento matemático, favorecendo a aprendizagem ativa e a visualização de padrões (Silva & Almeida, 2022).

Foram propostas atividades envolvendo os regimes de juros simples e compostos em contextos distintos — investimentos e dívidas — com o intuito de analisar a evolução dos montantes ao longo do tempo. A abordagem metodológica incluiu o preenchimento de tabelas e a construção de gráficos, possibilitando aos estudantes interpretar o comportamento das funções financeiras.

Tabela 4 – Cálculo dos juros simples e montante no período de seis meses de um investimento.

n (Tempo)	Capital	Cálculo dos juros	Juros	Montante
1	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	5.750,00
2	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	6.500,00
3	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	7.250,00
4	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	8.000,00
5	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	8.750,00
6	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	9.500,00

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Tabela 5 – Cálculo dos juros compostos e montante no período de seis meses de um investimento

n (Tempo)	Capital	Cálculo dos juros	Juros	Montante
1	5.000,00	$J = 5000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	5.750,00
2	5.750,00	$J = 5.750,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	862,50	6.612,50
3	6.612,50	$J = 6.612,50 \cdot 0,15 \cdot 1$	991,87	7.604,37
4	7.604,37	$J = 7.604,37 \cdot 0,15 \cdot 1$	1.140,65	8.745,02
5	8.745,02	$J = 8.745,02 \cdot 0,15 \cdot 1$	1.311,75	10.056,77
6	10.056,77	$J = 10.056,77 \cdot 0,15 \cdot 1$	1.508,51	11.565,28

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Tabela 6– Cálculo dos juros simples e montante no período de seis meses de uma dívida

n (Tempo)	Capital	Cálculo dos juros	Juros	Montante
1	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	3.450,00
2	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	3.900,00

n (Tempo)	Capital	Cálculo dos juros	Juros	Montante
3	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	4.350,00
4	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	4.800,00
5	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	5.250,00
6	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	5.700,00

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

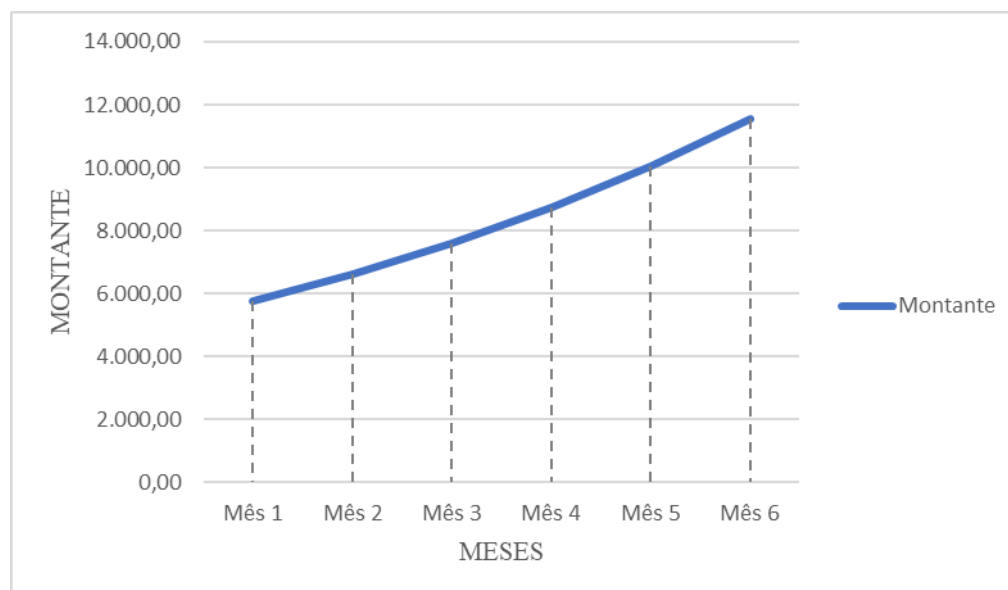
Tabela 7 - Cálculo dos juros compostos e montante no período de seis meses de uma dívida

n (Tempo)	Capital (R\$)	Cálculo dos juros	Juros	Montante
1	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	3.450,00
2	3.450,00	$J = 3.450,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	517,50	3.967,50
3	3.967,50	$J = 3.967,50 \cdot 0,15 \cdot 1$	595,12	4.562,62
4	4.562,62	$J = 4.562,62 \cdot 0,15 \cdot 1$	684,39	5.247,01
5	5.247,01	$J = 5.247,01 \cdot 0,15 \cdot 1$	787,05	6.034,06
6	6.034,06	$J = 6.034,06 \cdot 0,15 \cdot 1$	905,11	6.939,17

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

No que se refere ao regime de juros simples, aplicado ao Grupo 1, os resultados evidenciaram que os juros permanecem constantes ao longo do tempo, uma vez que são calculados sempre sobre o capital inicial. Os estudantes identificaram que o montante evolui de forma linear, corroborando a literatura, que define os juros simples como uma progressão aritmética (ASSAF NETO, 2021). Nesse sentido, conforme destaca Assaf Neto (2021, p. 45), “nos juros simples, os rendimentos são proporcionais ao tempo, caracterizando uma evolução linear do capital”.

Gráfico 5 – Evolução do montante em juros simples de um investimento



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

A análise gráfica construída pelos estudantes reforçou essa interpretação, evidenciando uma relação linear entre tempo e montante. Tal constatação está em consonância com estudos recentes que apontam a importância da visualização gráfica para a compreensão de conceitos abstratos em educação financeira (OLIVEIRA et al., 2023).

Em contraste, os estudantes do Grupo 2, ao trabalharem com juros compostos, observaram que os juros são incorporados ao capital a cada período, gerando um crescimento exponencial do montante. O valor final obtido foi significativamente superior ao regime de juros simples, evidenciando o efeito dos juros sobre juros. Conforme destacam Lusardi, Samek e Kapteyn (2020, p.12), “a compreensão dos juros compostos é essencial para decisões financeiras informadas, uma vez que pequenas variações no tempo e na taxa podem gerar grandes impactos no montante final”.

Tabela 5 – Cálculo dos juros compostos e montante no período de seis meses de um investimento

n (Tempo)	Capital	Cálculo dos juros	Juros	Montante
1	5.000,00	$J = 5000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	5.750,00
2	5.750,00	$J = 5.750,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	862,50	6.612,50
3	6.612,50	$J = 6.612,50 \cdot 0,15 \cdot 1$	991,87	7.604,37
4	7.604,37	$J = 7.604,37 \cdot 0,15 \cdot 1$	1.140,65	8.745,02
5	8.745,02	$J = 8.745,02 \cdot 0,15 \cdot 1$	1.311,75	10.056,77
6	10.056,77	$J = 10.056,77 \cdot 0,15 \cdot 1$	1.508,51	11.565,28

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Os resultados obtidos confirmam que o regime de capitalização composta segue uma progressão geométrica, caracterizada por crescimento exponencial, o que foi claramente identificado pelos estudantes na análise dos gráficos. Segundo OECD (2021), a compreensão desse conceito é um dos pilares da educação financeira, pois está diretamente relacionada ao planejamento de longo prazo e à prevenção do endividamento.

Na sequência, foram analisadas situações envolvendo dívidas. O Grupo 3, ao trabalhar com juros simples, verificou novamente o crescimento linear do montante, enquanto o Grupo 4, ao analisar juros compostos, identificou um

crescimento exponencial da dívida. Essa diferença foi compreendida pelos estudantes como um fator crítico no aumento do endividamento.

Tabela 6– Cálculo dos juros simples e montante no período de seis meses de uma dívida

n (Tempo)	Capital	Cálculo dos juros	Juros	Montante
1	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	3.450,00
2	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	3.900,00
3	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	4.350,00
4	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	4.800,00
5	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	5.250,00
6	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	5.700,00

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Os resultados corroboram com achados recentes que indicam que a falta de compreensão sobre juros compostos está diretamente associada ao aumento do endividamento das famílias (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022). Nesse sentido, o ensino desses conceitos no contexto escolar mostra-se fundamentais para o desenvolvimento de competências financeiras.

Ao final da oficina, os estudantes concluíram que a principal diferença entre os regimes de juros simples e compostos reside na forma de crescimento do montante: linear no primeiro caso e exponencial no segundo. Essa compreensão é essencial para a tomada de decisões financeiras conscientes, especialmente em contextos de crédito e investimento.

4.2.2 Oficina 2 – Meu orçamento, minhas escolhas

A segunda oficina teve como objetivo desenvolver competências relacionadas ao planejamento financeiro pessoal e familiar, enfatizando a distinção entre receitas e despesas, bem como a importância do equilíbrio orçamentário. A atividade consistiu na construção de planilhas representando orçamentos fictícios, permitindo aos estudantes analisar diferentes cenários financeiros.

A educação financeira, nesse contexto, é compreendida como um conjunto de conhecimentos e habilidades que permitem aos indivíduos tomar decisões informadas sobre o uso de recursos financeiros (OECD, 2020). De acordo com Atkinson e Messy (2021, p.78), “o planejamento orçamentário é uma das competências fundamentais para a promoção do bem-estar financeiro”.

Quadro 4 – Atividade sobre orçamento real do grupo 1

Item	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai	3.500,00	Receita
Salário da mãe	2.000,00	Receita
Renda extra (freelancer)	600,00	Receita
Total de Receitas	+ 6.100,00	
Aluguel	700,00	Despesas fixa
Contas de consumo (água, luz e internet)	550,00	Despesas fixa
Alimentação	1.200,00	Despesas variável
Transporte	300,00	Despesas variável
Educação (mensalidade e material escolar)	700,00	Despesas fixa
Lazer e entretenimento	400,00	Despesa variável
Plano de saúde	500,00	Despesa fixa
Outras despesas	450,00	Despesas variável
Total de despesas	- 4.800,00	
Saldo no final do mês	1.300,00	Poupança

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2025.

Quadro 5 – Atividade sobre orçamento real do grupo 2

Item	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai	2.500,00	Receita
Salário da mãe	2.000,00	Receita
Renda extra (freelancer)	650,00	Receita
Total de receitas	5.150,00	
Aluguel	450,00	Despesas fixa
Contas de consumo (água, luz e internet)	600,00	Despesas fixa
Alimentação	1.400,00	Despesas variável
Transporte	400,00	Despesas variável
Educação (mensalidade e material escolar)	700,00	Despesas fixa
Lazer e entretenimento	300,00	Despesa variável
Plano de saúde	550,00	Despesa fixa
Outras despesas	450,00	Despesas variável

Total de despesas	4.850,00	
Saldo final do mês	300,00	Poupança

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Quadro 6 – Atividade sobre orçamento real do grupo 3

Item	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai	2.200,00	Receita
Salário da mãe	1.800,00	Receita
Renda extra (freelancer)	700,00	Receita
Total de receitas	4.700,00	
Aluguel	500,00	Despesas fixa
Contas de consumo (água, luz e internet)	450,00	Despesas fixa
Alimentação	1.100,00	Despesas variável
Transporte	400,00	Despesas variável
Educação (mensalidade e material escolar)	600,00	Despesas fixa
Lazer e entretenimento	350,00	Despesa variável
Plano de saúde	300,00	Despesa fixa
Outras despesas	450,00	Despesas variável
Total de despesas	4.150,00	
Saldo final do mês	550,00	Poupança

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Quadro 7 – Atividade sobre orçamento real do grupo 4

Item	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai	2.700,00	Receita
Salário da mãe	2.100,00	Receita
Renda extra (freelancer)	800,00	Receita
Total de receitas	5.600,00	
Aluguel	800,00	Despesas fixa
Contas de consumo (água, luz e internet)	600,00	Despesas fixa
Alimentação	1.400,00	Despesas variável
Transporte	550,00	Despesas variável
Educação (mensalidade e material escolar)	450,00	Despesas fixa

Lazer e entretenimento	350,00	Despesa variável
Plano de saúde	400,00	Despesa fixa
Outras despesas	650,00	Despesas variável
Total de despesas	5.200,00	
Saldo final do mês	400,00	Poupança

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Os resultados evidenciaram que todos os grupos obtiveram saldo positivo, indicando que as receitas superaram as despesas. Essa análise levou os estudantes à compreensão da importância da poupança e da reserva financeira para imprevistos, aspecto amplamente discutido na literatura recente (Banco MUNDIAL, 2022).

Além disso, os estudantes identificaram que o controle financeiro está diretamente relacionado ao monitoramento contínuo das despesas. Conforme afirmam Fernandes e Candido (2023, p.134), “o uso de instrumentos como planilhas contribui significativamente para o desenvolvimento da autonomia financeira e para a redução de comportamentos impulsivos de consumo”.

Os depoimentos coletados reforçam a internalização dos conceitos trabalhados, evidenciando a construção de uma consciência financeira. A fala dos estudantes demonstra alinhamento com princípios da educação financeira, como priorização de necessidades, controle de gastos e planejamento.

4.2.3 Oficina 3 – Circuito Financeiro (Jogo das receitas e despesas)

A terceira oficina consistiu na aplicação de um jogo didático denominado circuito financeiro, cujo objetivo foi simular situações reais de entradas e saídas de recursos financeiros. A atividade foi estruturada de forma lúdica, utilizando elementos de aleatoriedade (lançamento de dado) para representar a imprevisibilidade das situações financeiras cotidianas.

O uso de jogos no ensino de educação financeira tem sido amplamente defendido na literatura recente, uma vez que promove engajamento e aprendizagem significativa. Segundo Santos e Rocha (2021, p.56), “as

metodologias ativas, como jogos educativos, favorecem a construção do conhecimento ao permitir que o estudante vivencie situações próximas da realidade”.

Durante a atividade, os estudantes demonstraram capacidade de diferenciar receitas, despesas fixas e variáveis, bem como compreender conceitos como saldo positivo e negativo. A dinâmica do jogo possibilitou a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos nas oficinas anteriores, consolidando a aprendizagem.

De acordo com a OECD (2020), estratégias pedagógicas baseadas em simulação são eficazes para o desenvolvimento de competências financeiras, pois permitem que os indivíduos experimentem consequências de decisões financeiras em um ambiente controlado.

5. Conclusão

A pesquisa analisou a inserção da educação financeira no currículo da educação básica sob uma perspectiva contextualizada por meio de oficinas pedagógicas, com o objetivo de compreender sua contribuição para a formação de sujeitos críticos, conscientes e responsáveis na gestão de recursos e na tomada de decisões econômicas. O estudo parte do contexto contemporâneo, caracterizado pela ampliação do consumo, facilidade de acesso ao crédito e transformações econômicas aceleradas, que expõem precocemente crianças e adolescentes a práticas financeiras sem preparo adequado.

As intervenções pedagógicas, desenvolvidas por meio de oficinas, abordaram conteúdos como juros simples e compostos, orçamento pessoal e familiar, além de atividades lúdicas. Os resultados evidenciaram que metodologias ativas favorecem a aprendizagem significativa.

A análise comparativa entre os instrumentos diagnósticos pré e pós-intervenção indicou avanços expressivos na aprendizagem, destacando-se o aumento do domínio de conceitos como consumo consciente (44%) e distinção entre receitas e despesas (44%).

Apesar dos resultados positivos, a pesquisa identificou desafios relevantes, especialmente no que se refere à formação docente e à insuficiência de materiais

didáticos específicos. Observou-se que apenas 28% dos professores de Matemática e 15% das áreas de Ciências Humanas possuem formação adequada para o ensino de educação financeira, evidenciando a necessidade de políticas de formação continuada.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem qualitativa associada à pesquisa-ação mostrou-se adequada para a investigação e transformação da realidade educacional, ao articular coleta de dados e intervenção pedagógica com participação ativa dos estudantes.

Conclui-se que a educação financeira ultrapassa a dimensão técnica, envolvendo aspectos sociais, éticos e culturais essenciais à formação integral. Sua efetiva implementação requer políticas públicas consistentes, formação docente qualificada e integração curricular, conforme orientações da Estratégia Nacional de Educação Financeira e da Base Nacional Comum Curricular, sendo fundamental para o exercício da cidadania no contexto contemporâneo.

Referências

ASSAF NETO, A. **Matemática Financeira**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

ATKINSON, A.; MESSY, F. *Financial literacy and well-being*. Paris: OECD, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Cidadania Financeira*. Brasília, 2022.

BANCO MUNDIAL. *Financial Capability and Inclusion Report*. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Bse Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Pesquisa nacional sobre formação docente. Brasília: MEC, 2022.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

D'AMORIM, M. A. **Educação financeira na escola**: uma abordagem interdisciplinar. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2015.

D'AMORIN, José Carlos. Educação financeira na escola: uma abordagem interdisciplinar. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011.

FERNANDES, R.; CANDIDO, L. Educação financeira e comportamento do consumidor. *Revista Brasileira de Educação Financeira*, 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. **Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

LUSARDI, A.; SAMEK, A.; KAPTEYN, A. Financial literacy and financial behavior. 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. – 5. ed. -3. reimp. – São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, L. S.; SOUSA, M. C. Educação financeira no ensino fundamental: impactos na formação de hábitos saudáveis. **Revista de Educação Financeira**, v. 8, n. 2, p. 45-62, 2021.

NASCIMENTO JUNIOR, J. A. Desafios da educação financeira no currículo escolar brasileiro. **Cadernos de Educação e Matemática**, v. 12, n. 1, p. 33-49, 2025.

OCDE. **PISA 2015 results (Volume IV)**: students' financial literacy. Paris: OECD Publishing, 2016.

OECD. *OECD/INFE 2020 International Survey of Adult Financial Literacy*. Paris, 2020.

OECD. *Financial Education in Schools: Policy Guidance*. 2021.

OLIVEIRA, M. et al. Tecnologias digitais no ensino de matemática financeira. *Revista Educação Matemática*, 2023.

SANTOS, A. P. Educação financeira nas escolas: avanços normativos e desafios pedagógicos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, n. 2, p. 42-58, 2022.

SANTOS, J. R.; SILVA, M. F. Implementação da educação financeira na BNCC: limites e possibilidades. **Ensino em Foco**, v. 13, n. 1, p. 88-105, 2020.

SANTOS, J.; ROCHA, P. Jogos educativos e aprendizagem significativa. *Revista de Práticas Pedagógicas*, 2021.

SAVOIA, J. R.; SAITO, A. T.; SANTANA, S. A. Educação financeira no Brasil: diagnóstico e perspectivas. **Revista de Administração da USP**, v. 42, n. 3, p. 285-299, 2007.

SILVA, L. C. **Educação financeira na infância: práticas e reflexões**. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, L. C.; TEIXEIRA, A. S. Endividamento familiar e educação financeira: uma análise empírica. **Revista de Economia e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 120-139, 2020.

SILVA, R. et al. Competências financeiras para o século XXI: um estudo sobre a percepção de jovens brasileiros. **Revista Latino-Americana de Educação**, v. 18, n. 3, p. 210-230, 2023.

SILVA, T.; ALMEIDA, R. Uso de planilhas eletrônicas no ensino de matemática. *Educação & Tecnologia*, 2022.

VIEIRA, T. S.; CAVALCANTE, M. A. Sociedade de consumo e educação financeira: desafios contemporâneos. **Educação e Realidade**, v. 45, n. 4, p. 1-19, 2020.